

AMÉRICA LATINA, INSERÇÃO SUBORDINADA E FOCOS MIGRATÓRIOS

MANOEL GONÇALVES RODRIGUES

Universidade Estácio de Sá

FERNANDO JOSÉ PEREIRA DA COSTA

Investigador independente

Resumo: Após a década perdida (anos 80), o ajuste neoliberal do Consenso de Washington (anos 90) e a ilusão vivida com a alta dos preços das *commodities* no mercado internacional, que no Brasil implicaria no desaire do social-desenvolvimentismo, os países da América Latina assistem ao acentuar dos problemas afetos às questões migratórias. Desse modo, os movimentos migratórios relacionados com os países latino-americanos incluem a emigração de seus nacionais para os países orgânico-centrais, as inter-migrações a nível da região e a ocorrência de fluxos migratórios oriundos de outros continentes (em especial da Ásia e da África). Assim sendo, ao contrário do que ocorrera no período subtendido do século XIX aos anos 60 do transato século, a América Latina não se posiciona unicamente como centro de imigração predominantemente europeia (com destaque para Argentina, Uruguai, Chile e Brasil) e passa a viver com toda esses aspectos a caracterizar os novos fluxos migratórios. A essa nova realidade não é alheia a situação de degenerescência vivida por boa parte da Periferia/Semiperiferia, com exceção dos países do Leste Asiático e da China, enquanto fruto da globalização e do neoliberalismo, elementos caracterizadores do atual estágio da economia-mundo.

Palavras-chave: América Latina, migrações, economia-mundo.

Abstract: After the lost decade (1980s), the neoliberal adjustment of the Washington Consensus (1990s) and the illusion experienced by the rise in commodity prices in the international market, which in Brazil would imply in the decline of social-developmentalism, the countries of America the problems of migratory issues. Thus, migratory movements related to Latin American countries include the emigration of their nationals to the central-organic countries, inter-migrations in the region and the occurrence of migratory flows from other continents (especially in Asia and from Africa). Thus, contrary to what happened in the subtended period of the nineteenth century to the sixties of the present century, Latin America is not only positioned as a predominantly European immigration center (with emphasis on Argentina, Uruguay, Chile and Brazil) and starts to live with all these aspects characterizing the new migratory flows. To this new reality, the situation of degeneration experienced by much of the Periphery/Semi periphery, except for the countries of East Asia and China, as a result of globalization and neoliberalism, characterizing elements of the current stage of the world-economy.

Keywords: Latin America, Migration, World Economy.

1. Introdução

Após o período virtuoso de crescimento vivido pelas economias latino-americanas de 1930 a finais dos anos 70 do século transato, fruto da resposta à crise de 29, dos 30 gloriosos anos do capitalismo e da aplicação de projetos nacional-industrializadores e nacional-desenvolvimentistas (mormente nos casos do Brasil, México, Argentina e Chile) relativamente bem-sucedidos, chega-se ao ocaso sucessivamente marcado pela crise da dívida dos anos 80, os ajustes neoliberais da década de 90, a ilusão posterior da alta dos preços das *commodities* no mercado internacional (a respaldar o denominado social-desenvolvimentismo) e o acirrar do neoliberalismo (ultraneoliberalismo), com a “reposição das coisas no seu lugar”. Logo, tem-se um quadro de total instabilidade e falta de rumo quanto aos caminhos trilhados pelas economias latino-americanas, descortinando-se a total ausência de estratégias nacional-desenvolvimentistas e com os países latino-americanos completamente sujeitos à ótica neoliberal, mesmo durante o dito período do reformismo social-desenvolvimentista, que, na prática, não romperia com o neoliberalismo e nem definiria um verdadeiro projeto nacional-desenvolvimentista.

2. América Latina e Fluxos Migratórios

O clima de incerteza vivido pelas economias da América Latina, a ausência de estratégias de crescimento/desenvolvimento econômico, o vingar de uma perspectiva primário-exportadora para essas economias e o crescente recuo da indústria nas mesmas (aqui é notório o caso da industrialização precoce a ocorrer no Brasil) marcam a situação vivida pelas economias latino-americanas. Com isso, acirram-se as contradições sociais e reforçam-se os movimentos migratórios. Aos fluxos migratórios já existentes nesses países, fruto das debilidades estruturais das áreas periféricas (em especial no campo) e já também presentes nas áreas fronteiriças internacionais, adicionam-se os fluxos emigratórios rumo aos países orgânico-centrais (Estados Unidos da América, Europa e Japão) e os novos fluxos imigratórios oriundos da África, América Latina e Caribe e Ásia (por questões econômicas, políticas, sociais, tragédias naturais, etc.). De fato, cabe observar que ao contrário do que ocorrera no período subtendido do século XIX aos anos 60 do transato século, a América Latina não se posiciona unicamente como centro de imigração predominantemente europeia (com destaque para Argentina, Uruguai, Chile e Brasil) e passa a lidar com fluxos migratórios até então tidos como pouco convencionais.

Por outro lado, o que se observa é que tanto os fluxos migratórios dirigidos à América Latina, quanto os fluxos migratórios latino-americanos direcionados ao mundo orgânico-central, surgem como consequência lógica do atual estágio da economia-mundo, marcado pela globalização e pelo neoliberalismo ou até mesmo já por um liberalismo acirrado, ao qual se poderia de nominar de ultraneoliberalismo. Assim sendo, os fluxos migratórios dirigidos à América Latina surgem em razão de questões específicas, como a séria situação

vivida por Cuba (agravada pelo bloqueio), a grave crise econômica, política e social da Venezuela, a tragédia ocorrida no Haiti e suas consequências econômicas e sociais, os problemas estruturais dos países africanos e de certos países asiáticos e a difícil situação em que se encontram amplas maiorias da população na maior parte dos países periféricos/semiperiféricos. Por outro lado, a indefinição das economias latino-americanas quanto à definição de um modelo sustentado/soberano de desenvolvimento, a ilusão pós-neoliberal (no caso do Brasil, lastreada na alta dos preços das *commodities* no mercado internacional) e o acirramento do neoliberalismo (o momento atual vivido pelas economias latino-americanas) acentuam os já existentes fluxos migratórios latino-americanos direcionados ao mundo orgânico-central.

Por outro lado, assinala Ávila (2005: 1-3) que no contexto da atual etapa do capitalismo-mundo (a globalização), as migrações internacionais mostram características muito específicas, com os fluxos migratórios atuais apresentando uma conotação massiva. O número de participantes nessas correntes migratórias internacionais acusaria um crescimento considerável durante a segunda metade do século XX. De fato, cerca de 175 milhões de pessoas residem em países que não o do seu nascimento, com a Europa Ocidental, os Estados Unidos da América e alguns países da Oceânia (principalmente a Austrália) constituindo-se nos principais destinos dos migrantes internacionais. Logo, os processos/fluxos migratórios têm um elevado/crescente impacto geral tanto a nível dos países de origem dos migrantes (países emissores), quanto em termos dos países do seu destino (países receptores), quanto ainda nos países de trânsito dos mesmos (países de passagem). Contudo, os deslocamentos populacionais ficam aquém do desenvolvimento de contatos e fluxos de capitais, comércio, tecnologias e valores. Efetivamente, no atual estágio da economia-mundo (a globalização), existem fortes barreiras à mobilidade de pessoas, mormente quando se trata de mão-de-obra pouco ou nada qualificada a tentar emigrar para os países orgânico-centrais.

Para além disso, é registrado por Ávila (2005: 3-5) que o fenómeno migratório internacional, especialmente quando analisado no sentido dos países periféricos/semiperiféricos para o mundo orgânico-central, deve ser também abordado tanto pelo lado da oferta da força de trabalho (*push effect*), quanto pelo lado da demanda da força de trabalho (*pull effect*). Em termos gerais, o *push effect* impulsiona a migração internacional da Periferia/Semiperiferia em direção ao «Núcleo Orgânico Central» do capitalismo-mundo, vinculando-se com realidades econômicas, políticas e sociais existentes a nível dos países periféricos/semiperiféricos e que atuam no sentido de expulsar a população com condições reais/potenciais para migrar. De fato, a oferta de trabalho oriunda dos países periféricos/semiperiféricos surge de aspectos profundos, típicos das realidades desses países (crises econômicas, debilidades estruturais, desemprego, exclusão social, remunerações relativamente mais baixas, conflitos internos, crise ambiental, etc.), por sua vez acirrados por aspirações em termos de consumo e bem-estar e incentivados pela existência de meios de transporte cada vez mais rápidos, seguros e baratos (com destaque para o transporte aéreo), para além de outros fatores.

De outro modo, consoante é assinalado por Ávila (2005: 4-6), a evolução recente dos países orgânico-centrais e a posição por eles ocupada no *core* do capitalismo, notadamente no caso dos países europeus, mostra que os mesmos têm crescente necessidade de importar força de trabalho oriunda dos países periféricos/semiperiféricos, em razão do envelhecimento acelerado da população, do elevado/crescente déficit no número de pessoas em idade produtiva que ingressam aos mercados de trabalho, devido ao crescente desequilíbrio entre a população ativa e passiva (impacto direto nos sistemas de previdência e seguridade social), as facilidades nas comunicações internacionais cada vez mais rápidas, seguras e baratas (Internet, etc.), dentre outros. Logo, para manter os elevados/dispêndiosos padrões de consumo e níveis de vida, os países orgânico-centrais necessitam de forças de trabalho, seja qualificada, pouco qualificada ou mesmo não qualificada), o que conduzirá, nos próximos decênios, à expansão dos movimentos migratórios da parte periférica/semiperiférica do sistema rumo ao mundo orgânico-central.

Por um lado, em razão do que observa Ávila (2005: 15-17), as profundas diferenças socioeconômicas e as agudas insuficiências estruturais visíveis entre a Periferia/Semiperiferia e o «Núcleo Orgânico Central» do capitalismo-mundo atuam como fortes elementos de estímulo à busca de novos horizontes (profissionais, econômicos, culturais, etc.) em outros países, regiões e continentes. Entretanto, é cada vez mais evidente que os países capitalistas avançados (envelhecidos em termos demográficos) necessitam de uma força de trabalho jovem, ainda que pouco qualificada, com certeza emigrante. Contudo, parece provável que os governos dos países orgânico-centrais (principalmente no caso dos europeus) tendam a promover (pelo menos a médio prazo) a aplicação de políticas destinadas a estimular/fortalecer a entrada de recursos humanos qualificados, mantendo, em simultâneo, a demanda por força de trabalho menos qualificada, destinada à execução de tarefas de pouco prestígio social e relativamente pior remuneradas, que os cidadãos autóctones já não desejam executar. Assim sendo, tratar-se-ia de alcançar um novo equilíbrio a nível da oferta/demanda da força de trabalho no contexto do processo de globalização.

Desse modo, é no contexto da atual etapa do capitalismo mundo (globalização) e no âmbito da configuração do esquema “Núcleo Orgânico Central-Semiperiferia-Periferia”, bem das suas particularidades e desequilíbrios, que se inserem os atuais fluxos migratórios oriundos da América Latina. Para além dos fluxos tradicionais de migração latino-americanos (internos, inter-regionais e transfronteiriços), são cada vez mais frequentes os fluxos migratórios de cariz internacional, mormente para a América do Norte (em particular para os Estados Unidos da América), Japão (em especial de descendentes de japoneses) e Europa (principalmente para a ex-metrópoles ibéricas, em razão da língua e afinidades culturais). Na ausência de melhoras significativas no panorama socioeconômico dos países latino-americanos, estes continuarão a cumprir a sina que lhes foi traçada pela condição periférica, o que continuará a alimentar/ estimular os fluxos migratórios oriundos da América Latina em direção aos países orgânico-centrais.

3. Inserção Subordinada

No caso da América Latina e particularmente do Brasil, vive-se um acentuado processo de desindustrialização precoce desde os anos 90. Esta, por seu lado, em tudo difere do processo de desindustrialização normalmente verificado nas economias capitalistas maduras e que se caracteriza pelo recuo da indústria a nível da composição setorial/estrutural do PIB e pela diminuição do setor industrial no que diz respeito à absorção de mão-de-obra, cedendo-se, em ambos os casos, terreno para o setor de serviços. Estes são os indicadores que caracterizam uma desindustrialização em economias já maduras (a desindustrialização dita não precoce). Pelo contrário, o processo de desindustrialização que se verifica na economia brasileira (e em outras da América Latina) é de outra natureza, devendo-se à sobrevalorização cambial (situação advinda do receituário afeto ao Consenso de Washington).

De fato, o ideário neoliberal/ultraneoliberal desconsidera a importância da industrialização, sufoca o debate, a discussão e a preocupação com a problemática do desenvolvimento e relega a último plano as preocupações relacionadas a planejamento, políticas públicas e desenvolvimento. Na verdade, com a crença generalizada no livre jogo das forças de mercado enquanto promotor absoluto/indiscutível da alocação ótima de recursos, bem como na desregulação econômica e na liberalização comercial/financeira enquanto promotores do crescimento da economia, acentuam-se os antagonismos entre a liberalização (o moderno a promover e emular) e a substituição de importações (o anacronismo a abater) e ignora-se a discussão entre os diferentes níveis de industrialização, os diferenciais de produtividade industrial e a industrialização como promotora do desenvolvimento. O neoliberalismo/ultraneoliberalismo, reforçado pelo Consenso de Washington, surgia como a solução fundamental para a recuperação do que fora denominado/apontado dos danos que teriam decorrido da implementação do modelo substituidor de importações (base das industrializações latino-americanas, incluindo a brasileira). Os argumentos neoliberais/ultraneoliberais seguem no sentido de que a mudança a nível da estrutura de incentivos conduziria ao aumento e à diversificação da produção e também ao aumento da produtividade via a importação de tecnologia através do comércio internacional.

O reforço da base industrial dos países não-avançados da economia-mundo torna-se extremamente necessário, de modo a que os mesmos não caiam na ilusão de compor cadeias produtivas globais abrindo mão de setores industriais e promovendo o enfraquecimento da sua base industrial. Desse modo, esses países necessitariam de desenvolver/implementar esforços adicionais, que passariam por reforçar a base industrial já existente, ampliá-la de modo a colmatar-lhe as debilidades/carências, incorporar a modernização/atualização técnico-organizacional da mesma e partir para a promoção de um grande esforço de modernização tecnológica, no qual as novas tecnologias teriam um papel de fato fulcral. Logo, com uma base industrial importante/significativa, aliada a níveis significativos de inovação e desenvolvimento

tecnológico, os países em questão fortaleceriam o seu tecido produtivo (em termos da indústria, organização e tecnologia) e passariam a obter ganhos significativos em termos de sofisticação/produktividade, de modo a passar a compor (de forma ativa) cadeias produtivas globais a nível da indústria e das novas concepções tecnológicas.

O problema maior parece dizer respeito ao processo de desindustrialização, presente quer a nível de algumas nações da Semiperiferia, quer em termos dos países orgânico-centrais, mormente os que apresentam maiores debilidades produtivas/estruturais. Por outro lado, no âmbito das nações orgânico-centrais mais avançadas (o caso típico dos Estados Unidos da América e de muitos países europeus, por exemplo), o deslocamento de empresas para países que possibilitam custos de laboração/produção relativamente inferiores, no sentido de obter maiores retornos dos investimentos, aumentos na massa de lucros e realizações em termos mercadológicos, naquilo que Moro (2016: 100-123) identifica como a tentativa de travar a tendência histórica ao decréscimo da taxa de lucro, a desindustrialização costuma ocorrer a partir dos deslocamentos de fábricas e capacidade produtiva industrial e no caso de países receptores a dispor de efetivas políticas industriais, tecnológicas e de direcionamento estratégico dos fluxos de investimento direto estrangeiro, a consubstanciar a configuração/implementação de um efetivo projeto nacional de industrialização/ desenvolvimento (o caso emblemático da China).

Na verdade, considerando-se o caso da América Latina e particularmente o do Brasil, o nacional-desenvolvimentismo de fato não se aplicaria nem com a fase da alta dos preços das *commodities* no mercado internacional. A título de ilustração e de acordo com aquilo que foi constatado por Gonçalves (2012a: 637-639 e 2012b: 5-6) a experiência de desenvolvimento econômico brasileiro durante o lulo-petismo expressaria um projeto caracterizado por um autêntico desenvolvimentismo às avessas, uma vez que não se verificaram as transformações estruturais que caracterizam o projeto desenvolvimentista. De fato, durante o governo Lula os eixos estruturantes do nacional-desenvolvimentismo foram invertidos. Com isso, o que se verifica é a presença de alguns elementos completamente contrários ao projeto nacional-desenvolvimentista, a saber: desindustrialização, dessubstituição de importações, reprimarização das exportações; maior dependência tecnológica; maior desnacionalização; perda de competitividade internacional; crescente vulnerabilidade externa estrutural em função do aumento do passivo externo financeiro; maior e mais intensa concentração de capital e crescente dominação financeira.

De fato, quando se refere à predominância progressiva da vertente financeira no contexto da economia brasileira, observa-se que a mesma expressa a subordinação da política de desenvolvimento à política monetária. Tal, de fato, mostra-se completamente contrário ao delineamento e aplicação de um efetivo projeto nacional-desenvolvimentista, no qual a componente financeira da economia encontra-se completamente sujeita à esfera real/produziva (investimento produtivo + produção + componente industrial + desenvolvimento). Por outro lado, recorrendo-se a Gonçalves (2012a: 637-639 e 2012b: 5-7) e Diniz (2011: 517-521), registra-se que a ampliação do consumo de bens

públicos/privados basear-se-ia no crédito privado (beneficiando o setor bancário/financeiro), não se subordinando as políticas macroeconômicas ao objetivo maior de promover o desenvolvimento por parte da componente estatal.

O social-desenvolvimentismo do lulo-petismo surge então como versão empobrecida do neodesenvolvimentismo e antítese do nacional-desenvolvimentismo, uma vez não se ter verificado o crescimento sustentado com equidade social. Por outro lado, registra-se que o nacional-desenvolvimentismo da fase inicial, herdeiro das tradições mercantilistas e neomercantilistas, nortearia os projetos retardatários de industrialização e desenvolvimento implementados na segunda metade do século XIX e nos primeiros anos do século XX, mormente nos casos dos Estados Unidos da América, da Prússia/Alemanha e do Japão, valendo-se do trinômio “Nacionalismo – Intervencionismo Estatal – Defesa da Indústria”. De fato, o social-desenvolvimentismo tem como objetivo a redução da pobreza, indo provavelmente beber ao social-liberalismo, que surge no período posterior à Segunda Guerra Mundial, no contexto dos países orgânico-centrais, através da hegemonia estadunidense. O social-liberalismo constitui-se num compromisso entre as componentes externa e interna do capitalismo, uma vez que em termos internacionais, as diretrizes estratégicas são dadas pelo liberalismo, enquanto no plano nacional a intervenção estatal constitui-se na base do processo de desenvolvimento econômico.

Contudo, caberia indagar se a atual contextualização da economia-mundo permite caminhos alternativos (por mais moderados que sejam) à ordem neoliberal/ultraneoliberal. Assim sendo, ter-se-ia de perguntar (em primeiro lugar) se seria possível assegurar a viabilidade a longo prazo de projetos político-institucionais, econômico-políticos e econômico-sociais que se fizessem respaldar em algo contrário (ou minimamente distinto) do figurino neoliberal/ultraneoliberal): No caso específico do Brasil há a registrar que da impossibilidade total e absoluta de se promover um *aggiornamento* do nacional-industrialismo varguista, do nacional-desenvolvimentismo juscelinista e do projeto geiseliano de reforço/diversificação da base industrial, passando pela inviabilidade (e inviabilização) da caricatura/farsa que constituiu o social-desenvolvimentismo do lulo-petismo e do dilmismo e chegando-se à muito provável morte anunciada do social-progressismo, parece extremamente difícil o delineamento de caminhos alternativos.

4. Comentários finais

A questão das migrações sempre esteve presente a nível da dinâmica econômico-social da América Latina. No entanto, em razão de uma série de aspectos, que vão da crise da dívida das economias latino-americanas ao acirrar da globalização neoliberal, com a configuração de um modelo de interação claramente subordinada à economia-mundo, as migrações passariam a ter um enfoque distinto. Do século XIX aos anos 60 do século XX, a América Latina era claramente um pólo de atração para os fluxos migratórios oriundos

da Europa, Ásia e Próximo Oriente, revertendo-se o quadro a partir dos anos 80. As sucessivas crises vividas pelas economias latino-americanas, a adoção do receituário neoliberal, o abandono do nacional-industrialismo, e o regresso quase revisitado ao padrão primário-exportador aprofundaram as debilidades dessas economias, notadamente no que diz respeito ao investimento, crescimento e geração de emprego. Com isso, abriram-se brechas para o surgimento/crescimento de fluxos migratórios oriundos das debilitadas economias latino-americanas rumo ao mundo orgânico-central.

A submissão dos países latino-americanos aos ditames do Consenso de Washington, abriu caminho à sobrevalorização cambial e à desindustrialização precoce. No Brasil, o país mais industrializado da América Latina, consoante é registrado por Corrêa (2018: 1), a participação do setor industrial no PIB em 2017 não chegou a 12% (a menor desde a década de 1950), recuando face ao valor registrado no início dos anos 2000 (15%) e mais ainda face aos anos 80 (superior a 20%). Esta realidade explica uma parte significativa dos fluxos migratórios oriundos de países latino-americanos outrora pontos de atração de imigração e agora tidos como áreas de repulsão de migrantes para países orgânico-centrais (casos do Brasil, Argentina e Chile). Por outro lado, a liberalização advinda da integração do México ao NAFTA, representaria um retrocesso quantitativo/qualitativo na indústria e a quebra de setores significativos da agricultura, com impactos adversos sobre o emprego e reforço dos fluxos migratórios para os Estados Unidos da América.

Referências bibliográficas

- Ávila, Carlos Federico Domínguez (2005). Migração, globalização e relações internacionais: em busca de novas interpretações fundamentadas em evidências latinoamericanas recentes. *Universitas: Relações Internacionais* 3, 2. 1-18.
- Corrêa, Marcello (2018). Indústria tem menor participação no PIB desde os anos 1950. *O Globo online*. Acessível em <https://oglobo.globo.com/economia/industria-tem-menor-participacao-no-pib-desde-os-anos-1950-22455531>, data de consulta: 17/12/2018.
- Diniz, Eli (2011). O contexto internacional e a retomada do debate sobre desenvolvimento no Brasil contemporâneo (2000/2010). *Dados - Revista de Ciências Sociais* 54, 4. 493-531.
- Gonçalves, Reinaldo (2012a). Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. Acessível em http://www.bresserpereira.org.br/terceiros/novo%20desenvolvimentismo/12.08.Goncalves,R-Novo_desenvolvimentismo_e_liberalismo_enraizado.pdf, data de consulta: 25/03/2017.
- Gonçalves, Reinaldo. (2012b). Governo Lula e o nacional-desenvolvimentismo às avessas. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política* 31, 5-30.
- Moro, Domenico (2016). *A Crise do Capitalismo e Marx: Resumo de O Capital com Referência ao Século XXI*. Lisboa: Página a Página.